



## ANEXO VIII

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA ESCRITA OBJETIVA

#### • PARA CARGO DE PROFESSOR

##### 1. LÍNGUA PORTUGUESA

1. Gênero e Tipologia Textual; 2. Compreensão e Interpretação de texto. 3. Textualidade e estilo. 3.1. Norma culta e variantes. 3.2. Coesão e coerência. 3.3. Denotação e conotação. 3.4. Figuras de linguagem. 3.5. Vícios de linguagem; 4. Fonética e fonologia: ortografia; acentuação gráfica; crase. 5. Morfologia: classes de palavras e suas flexões. 6. Sintaxe: pontuação.

##### 2. LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TÉCNICA

1. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 - Diretrizes e Bases da Educação Brasileira –LDB; 2. Decreto Federal nº 5.154 de 23 de julho de 2003 - regulamenta a Lei nº 9394/96 quanto à Educação Profissional; 3. Resolução CNE Nº 6 de 20 de setembro de 2012 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio;

#### • PARA CARGO DE TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

##### 1. LÍNGUA PORTUGUESA

1. Compreensão e Interpretação de texto. 2. Textualidade e estilo. 2.2. Coesão e coerência. 2.3. Denotação e conotação. 3. Fonética e fonologia: ortografia; acentuação gráfica; crase. 4. Morfologia: classes de palavras e suas flexões. 5. Sintaxe: pontuação.

##### 2. LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TÉCNICA

1. Artigos 39 e 40 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 - Diretrizes e Bases da Educação Brasileira –LDB; 2. Resolução CNE Nº 6 de 20 de setembro de 2012 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio;

#### • PARA O CARGO DE TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

##### 1. LÍNGUA PORTUGUESA

1. Gênero e Tipologia Textual; 2. Compreensão e Interpretação de texto; 3. Textualidade e estilo. 3.1. Norma culta e variantes. 3.2. Coesão e coerência. 3.3. Denotação e conotação. 3.4. Figuras de linguagem. 3.5. Vícios de linguagem. 4. Fonética e fonologia: ortografia; acentuação gráfica; crase. 5. Morfologia: classes de palavras e suas flexões. 6. Sintaxe: pontuação.



## 2. LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

1. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996 (Capítulo V – Da Educação Especial). 2. Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015 (Lei Brasileira da Inclusão). 3. Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002 (Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras). 4. Resolução nº 04 de 2 de outubro de 2009 (Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado). 5. Resolução nº 04 de 13 de julho de 2010 (Capítulo II- Modalidades da Educação Básica – Seção II – Educação Especial). 6. Decreto nº 5296 de 2 de dezembro de 2004 (Regulamente as Leis nº 10.048 de 2000 e 10.098 de 2000). 7. Decreto nº 5626 de 22 de dezembro de 2005 (Regulamenta a Lei nº 10.436 de 2002 e o Art.18 da Lei nº 10.098 de 2000). 8. Decreto nº 7611 de 17 de novembro de 2011 (Dispõe sobre a Educação Especial). 9. Nota técnica MEC/SEESP/GAB nº 19/2010 (Profissionais de Apoio).